

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Divulgação



Michelle apoiou Damares em 2022

Damares: “Michelle é antídoto para Lula”

Ao Correio da Manhã, a senadora Damares Alves (Republicanos-DF) analisou os números da pesquisa Arrow, publicada na terça-feira (7) na coluna Magnavita apontando os cenários eleitorais no Rio de Janeiro. Segundo a pesquisa, os eleitores do Rio consideram que Michelle Bolsonaro seria o campo da direita com maiores possibilidades de vencer o presidente

Luiz Inácio Lula da Silva no páreo presidencial do ano que vem. Segundo a pesquisa, Lula teria no Rio 39,27%, e Michelle apareceria bem próximo dele, com 31,10%. Damares tem sido uma defensora da opção Michelle. E cunha com relação a ela a seguinte frase: “Michelle é o antídoto da direita para Lula. Ela é quem melhor reúne as características para se contrapor a Lula”.

Mulher

O primeiro contraponto é óbvio. Michelle é mulher. Com relação ao segundo contraponto, ela não estaria sozinha no campo conservador. Lula é o nome da esquerda. Ela, um nome de direita. É de se avaliar somente se teria a mesma capacidade de agregar apoios ao centro.

Origens

Mas é no campo das origens que Damares considera que o perfil de Michelle dá a ele esse caráter de “antídoto” a Lula. “Ela também tem a mesma origem humilde. Ela tem história semelhante de luta e resistência. E sua atuação também está relacionada à defesa social”.

Reprodução/Redes sociais



Carlos e Eduardo são contra opção por Michelle

Damares, porém, sonha com Michelle no Senado

“Apesar de tudo isso, meu maior sonho, no entanto, é vê-la aqui comigo no Senado”, diz a senadora. Essa avaliação coincide com informações que circularam na terça-feira que dizem ter havido reuniões no PL e na família Bolsonaro no sentido de levar a ex-primeira-dama para esse caminho. “Acho que ainda haverá mais ata-

ques à família”, considera Damares. “E, nesse sentido, a eleição como senadora seria uma garantia maior dela obter alguma imunidade”. Mas, além disso, Damares vislumbra um tempo de embates fortes. “Hoje, já estamos vivendo esses embates. Temos que trabalhar para obter uma bancada mais sólida da direita”.

Disputa

Na direita, ambicionam essa vaga no Senado pelo Distrito Federal também o governador Ibaneis Rocha (MDB) e a deputada Bia Kicis (PL). Alguém terá que ceder. Embora alguns achem que a direita poderá sair rachada no DF, com duas chapas. Damares tem mais quatro anos.

Vice

Damares, porém, afirma que não se deve desprezar a hipótese de Michelle como uma candidata a Vice-Presidência. “Isso é algo também discutido”, afirma. “Minha preferência é tê-la ao meu lado no Senado. Mas ela é também nome muito forte como vice”.

Unidade

Essa unidade no campo da direita tem sido até agora um problema. Que pode pesar na decisão de Michelle de disputar o Senado. Mesmo dentro da família, há resistências ao seu nome, vindas do deputado Eduardo Bolsonaro e do vereador Carlos Bolsonaro.

Atritos

Para Damares, porém, esses atritos e falta de unidade no momento são naturais. “O momento agora é o momento do debate”, aposta a senadora. “Anoto: a direita irá vencer as eleições do ano que vem”, diz ela. Não é o que as pesquisas dizem no momento...

Renan Calheiros será o relator da isenção do IR

Conselho de Ética abre processos de suspensão de deputados

Jonas Pereira/Agência Senado

Por Gabriela Gallo

O senador Renan Calheiros (MDB-AL) será o relator do projeto de lei que amplia a isenção do pagamento do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil mensais (PL 1087/2025). A informação foi divulgada pelo presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União-AP), em coletiva de imprensa nesta terça-feira (7). Por se tratar de um projeto de caráter econômico, a proposta será apenas analisada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da Casa – colegiado presidido pelo próprio Renan Calheiros. Uma vez aprovada na CAE, ela seguirá para votação no plenário do Senado.

Ao ser designado relator da medida, Calheiros disse à imprensa que a pretensão da Casa é “fazer uma rápida tramitação”. Serão marcadas quatro audiências públicas para debater as mudanças no pagamento do Imposto de Renda, segundo Calheiros “para lastrear, dar transparência para o debate”. Antes do relator ser definido, o líder do governo no Congresso, senador Randolfé Rodrigues (PT-AP), adiantara que a previsão é que o projeto seja aprovado na primeira semana de novembro.

Renan Calheiros ainda reiterou que, caso seja necessário, o Senado fará alterações na proposta. Porém, eles devem se esforçar para o tema não retornar para a Câmara dos Deputados – não por pressa na sanção do projeto de lei, mas para impedir que a Câmara, nas palavras



Renan acusou a Câmara de fazer “chantagem” com o tema do Imposto de Renda

do senador, use o texto como chantagem contra o governo.

“O Senado não vai abrir mão do cumprimento do seu papel. O que precisar ser modificado será modificado, sim. Nos vamos fazer tudo, no entanto, para que a matéria não volte para a Câmara dos Deputados. Porque na Câmara ela serviu, lamentavelmente, como instrumento de chantagem e de pressão contra o governo e até sobre a pauta do poder Legislativo”, criticou o relator.

O projeto

Aprovado por unanimidade na Câmara dos Deputados na última semana, com 493 votos favoráveis, o projeto ainda determina a isenção parcial do Imposto de Renda para quem ganha entre R\$

5.001 e R\$ 7.350 – os contribuintes que ganharem acima desse valor, a tributação do imposto segue a mesma, atualmente, cotada em 27,5%.

Para compensar o aumento da isenção do tributo, o texto relatado pelo ex-presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), determina que será aplicada uma taxa de até 10% para contribuintes que arrecadarem acima de R\$ 600 mil por ano, o equivalente a R\$ 50 mil mensais. A medida vale para os rendimentos totais dos contribuintes, incluindo distribuição de lucros e dividendos.

Contudo, Lira deixou de fora dessa taxa alguns rendimentos, como Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs) e rendimentos de poupança e herança.

Conselho de Ética

Além disso, também nesta terça-feira o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados abriu processos disciplinares contra os deputados Marcos Pollon (PL-MS), Marcel Van Hattem (Novo-RS) e Zé Trovão (PL-SC). Os três podem ter seus mandatos suspensos por terem obstruído a Mesa Diretora da Câmara no plenário – Van Hattem e Zé Trovão por terem sentado na cadeira da presidência, e impedido que o presidente da Casa Hugo Motta (Republicanos-PB) assumisse os trabalhos da Casa, e Pollon por ter sentado na cadeira da vice-presidência.

Se acatada a sugestão, os deputados terão uma suspensão de 30 dias.

Congresso tem até hoje para aprovar MP que compensa IOF

Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Por Gabriela Gallo

O governo federal corre contra o tempo para implementar a Medida Provisória (MP) nº 1303/2025, que cria novas regras para a tributação de aplicações financeiras e ativos virtuais no Brasil, criada para compensar a revogação do decreto que previa aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Nesta terça-feira (7), em uma votação acirrada de 13 votos favoráveis e 12 votos contrários, a comissão mista do Congresso Nacional criada para debater o tema aprovou a MP substitutiva do relator da proposta, deputado federal Carlos Zarattini (PT-SP). Agora, a medida precisa ser votada e aprovada no plenário da Câmara dos Deputados e no plenário do Senado Federal até as 23h59 desta quarta-feira (8) ou irá “caducar”, ou seja, perder a efetividade.

Segundo o presidente da comissão mista do Congresso, senador Renan Calheiros (MDB-AL), a MP resultará em uma arrecadação de R\$ 17 bilhões no ano que vem. Contudo, devido às concessões, será necessário recalcular as estimativas para os próximos anos.

A MP 1303/2025 foi editada pelo governo federal em junho para compensar a revogação de decreto que previa aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). O texto é considerado polêmico entre os congressistas e, como refletido pela comissão mista



Proposta de Zarattini foi aprovada por apenas um voto

da proposta no Congresso, teve que passar por uma série de concessões para ser aprovado.

Dentre as concessões da medida, o relator Carlos Zarattini manteve a isenção para títulos como Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Letras Hipotecárias (LCA) e a retirou o aumento da alíquota sobre apostas esportivas (Bets). Essas exceções previstas no novo parecer reduzem a arrecadação em 2026 em R\$ 3 bilhões.

Bets

Em entrevista coletiva no Senado nesta terça-feira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, detalhou sobre a retirada de maior taxa contra as apostas esportivas virtuais. “Houve um entendimento de

que a Receita Federal teria muita dificuldade em cobrar pelo passado. Porque o governo anterior não cobrou os impostos devidos pelas Bets. Porque toda atividade econômica tem que ser tributada, independente da regularização. E há um esforço da Receita Federal de identificar as Bets que operaram no país, tiveram lucros exorbitantes, remeteram em divisas para fora do país”, disse o ministro.

O texto original previa a taxa de sobre a receita bruta das Bets regularizadas com alíquota entre 12% e 18%. Já o parecer do relator da medida cria um programa de repatriação para regularizar os valores das apostas que foram encaminhadas para o exterior. A medida determina uma cobrança de 30% sobre o

valor repatriado das Bets, sendo 15% a título de imposto e 15% a título de multa.

A expectativa de arrecadação é de R\$ 5 milhões, que equivale a três anos de receita caso a alíquota fosse aprovada.

“Eu não posso considerar como receita aquilo que é uma promessa, sob pena de acontecer o mesmo que aconteceu com a desoneração da folha [de pagamento], em que se aprovou algo com uma expectativa exagerada e ela não aconteceu”, reiterou Haddad.

Isenção

Carlos Zarattini também acatou pedido da bancada do agronegócio que solicitou a manutenção da não tributação das Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Letras de Crédito de Desenvolvimento (LCD). Inicialmente, a medida previa uma alíquota de 5% sobre os rendimentos de aplicações como LCI, LCA, Letras Hipotecárias (LH) e outros papéis emitidos a partir de 2026. O relator chegou a elevar essa alíquota para 7,5%. No entanto, devido à falta de acordo, na última versão do relatório ele recuou da proposta e revogou parte dessa previsão de tributação.

“Houve muita discussão em torno disso, se entendeu que, com a taxa de juros elevada, se corria o risco de um ou outro investimento ser prejudicado no momento em que a [taxa] Selic está em 15%”, adiantou Haddad em entrevista.